

REBELIÃO CUIABANA (*).

VALMIR BATISTA CORRÊA

Professor de História do Brasil no Centro Pedagógico
de Corumbá — Universidade Estadual de Mato
Grosso.

I. — MATO GROSSO NO SÉCULO XIX.

A falta de melhores estudos sobre Mato Grosso, durante o século XIX, tem levado historiadores a uma visão errônea deste período histórico. Basta analisar a bibliografia existente com relação a essa época (1), para se ter uma idéia de quanto é carente a história matogrossense de estudos críticos e reflexivos sobre sua evolução histórica. Uma análise do século XIX, implicaria, inicialmente no relacionamento com períodos anteriores, desde a fase caracterizada pelo processo expansionista no sentido Oeste até a criação da Capitania, quando a preocupação da Coroa Portuguesa estará voltada para a área conquistada fronteira aos castelhanos (2). Talvez devido a isto, é que a administração da Capitania se encontrará em mãos de portugueses fiéis à Metrópole. E, por outro lado, a necessidade de defender a fronteira do império português na América, implicou na formação da Capitania de Mato Grosso dentro de uma estrutura nitidamente militar.

A implantação desta estrutura dificultará então o acesso na região de idéias liberais, justificando assim a inexistência de reflexos na capitania de movimentos revolucionários, tais como o ocorrido no Nordeste, em 1817 (3). No entanto, contrapondo-se à posição assumida

(*) . — Comunicação apresentada na XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ilha do Fundão, de 08 a 14 de julho de 1973, Rio de Janeiro — GB.

(1) . — Em um trabalho publicado na revista *DIMENSÃO*, órgão oficial do Centro Pedagógico de Corumbá — UEMT, analisamos a situação da pesquisa histórica em Mato Grosso, suas fontes e arquivos.

(2) . — A segurança da fronteira será então a tônica principal até o governo de Magessi (Capitão-General Francisco Magessi de Carvalho — 1819-1821).

(3) . — “Em Mato Grosso, Magessi tivera que enfrentar o perigo da vizinhança agitada pelas idéias de liberdade política. Encontrara instruções por

por todos os capitães gerais em coibir qualquer manifestação de ordem revolucionária na região, já a revolução liberal do Porto provocará consequências para a vida política de Mato Grosso.

Toda essa situação irá se refletir na estrutura social da região. E, cabe lembrar que a sociedade matogrossense estava fundamentada, em seus primórdios, na atuação de aventureiros e elementos ligados aos interesses de Portugal. Com a fixação destas pessoas começa-se a estruturar uma forma de dominação patriarcal, fundamentada na tradição e garantindo o seu poder através da submissão pessoal ao senhor. Ocorre que em Mato Grosso o prestígio (honor social) (4), de algumas pessoas começa a se transformar numa forma de domínio político, manifestada de forma atuante na primeira metade do século XIX, ao traduzir-se em choque de interesses entre nacionais e portugueses em Cuiabá, com repercussões em outras regiões da província.

Consideramos de grande importância, para a compreensão deste movimento, a situação do comércio regional, que estava em mãos dos portugueses. Portanto, além de controlar toda a atividade mercantil, em detrimento dos interesses dos nacionais, também possuíam o poder de decisão da região. Ora, tal mecanismo de poder implantado com a evolução histórica da capitania desintegra-se após a independência, permanecendo os portugueses, entretanto, como agentes controladores da atividade comercial.

No começo do Período Regencial, os portugueses possuidores de prestígio local aliado ao poder econômico e à posição oficial que alguns deles desfrutavam, tornam-se elementos dominantes com capacidade para tolher toda a influência dos naturais da terra. Uma oposição, neste momento, a tal situação se faz sentir pela atuação dos militares, que expressavam as aspirações nativistas matogrossenses. Tais protestos, a princípio hesitantes, delinearam-se num programa político como forma de oposição aos portugueses encabeçado pelo juiz-de-fora Dr. Pascoal Domingues de Miranda (5), Patrício da Silva Manso, Cel. João Pou-

este ou aquele grupo em luta, mantendo a fronteira em estado de alerta. Ademais, sem essa vigilância podia contaminar-se a população da Capitania, levando-a a pensar em termos contrários à ordem vigente nos territórios de S. Alteza o príncipe D. João", REIS, Arthur Cezar Ferreira, Mato Grosso e Goiás, *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, tomo II, 2º v., p. 175-6.

(4). — "Um caso concreto de dominação dos "honoratíores" era a "Câmara dos honoratíores", homens possuidores de maior prestígio nas províncias e fundamentava-se no poder pessoal, ou seja, no prestígio. Era nesse tipo de poder que se apoiava a política provincial", CORRÊA, Valmir Batista, Uma problemática no Segundo Império: a solidez do Poder Central e a inexpressão dos Partidos Políticos, in revista *DIMENSÃO*, Corumbá, nº 1, 1971, p. 66.

(5). — O prestígio de Paschoal Domingues de Miranda, juiz-de-fora e depois juiz de direito, pode perceber-se pelo incidente ocorrido a 1º de março

pino Caldas e pelo frade José dos Santos Inocentes. E as manifestações eclodidas entre os soldados aliadas ao crescente prestígio de alguns de seus chefes, mais o apóio de civis de prestígio, culminaram em uma revolta conhecida em todos os estudos históricos desta fase como “Rusga”, e que para nós se traduz de maneira incorreta pela dimensão que o mesmo movimento alcançou. Preferimos, pois, denomina-lo de Rebelião Cuiabana.

*

II. — REBELIÃO CUIABANA OU MOVIMENTO CONHECIDO POR “RUSGA”.

No final do primeiro reinado, Mato Grosso já era palco de manifestações revolucionárias, principalmente entre os militares, como mostram as rebeliões na guarnição de Albuquerque, no Forte do Príncipe da Beira, Casalvasco e Coimbra. A falta de maior controle na província e a indisciplina que crescia entre os militares constituía um campo favorável para a propagação de idéias exaltadas.

Na época da Abdicação era presidente da província o capitão Antônio Correia da Costa e vice André Gaudie Ley. Este, pelo fato de ser considerado um adepto de D. Pedro, era alvo de ataques dos nativistas mais radicais. A explosão destas insatisfações da-se na noite de 7 de dezembro de 1831, em Cuiabá, quando a tropa se amotinou e aos gritos de “viva o Coronel Poupino” (6) e “morrão os pés de chumbo” desejava, que o coronel Poupino assumisse o comando das armas e demitisse todos os empregados públicos adotivos (7). A análise deste fato e suas consequências, ou seja de o Conselho e o presi-

de 1834 quando um adotivo faz uma queixa contra ele no Conselho Geral da Província, resolvendo este a suspende-lo de suas funções. Este fato serviu de motivo para manifestações públicas organizadas pela Sociedade Filantrópica. Em contraposição, os Zelosos organizaram manifestação de solidariedade, resultando em tiroteios e feridos. Estevão de Mendonça em sua obra *Datas Matogrossenses* coloca que nas manifestações de 1834 a sua atuação foi mais importante do que a de Poupino Caldas.

(6). — Segundo o Arthur Ferreira Reis: “Viva o Coronel Pupino”. Pelo seu envolvimento no conflito de 1834. Surge a necessidade de uma melhor análise deste personagem. Vale a pena ler José de MESQUITA, João Poupino Caldas (contribuição para o estudo da Rusga), separata da *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1934.

(7). — “Na noite de 7 de dezembro reuniu-se a tropa armada, dando tiros e gritos — viva o coronel Poupino! — e — Morrão os pés de chumbo! O presidente convocou o Conselho do Governo e os magistrados. Indo por esta ocasião o conselheiro Poupino ao quartel informou-se do que havia, voltou dizendo que a tropa queria a ele para Comandante de Armas, ao que o Conselho anuiu, reabrindo-se a sessão, às 2 horas da madrugada do dia 8. Neste mesmo dia, depois de amanhecer, exigiu mais a tropa levantada a deposição de todos

dente da província acatarem as reivindicações dos soldados, da consolidação do prestígio de Poupino e da contínua indisciplina militar, mostra-nos sua íntima ligação com o movimento de 1834, conhecido por *Rusga* e o acirramento das posições nativistas com relação aos portugueses.

Alem da indisciplina militar, contribuiu para a intranquilidade da província a pregação efetuada pelo Frei José dos Santos Inocentes, que combatia com violência os portugueses, chamando-os de “bicudos”. O aumento da exaltação nativista estava aliada a constantes propagações de boatos, de denúncias de a preparação de um movimento contra os reinóis, e pela existência de inúmeros pasquins que divulgavam um nativismo exacerbado tendo por alvo os brasileiros adotivos. Tal situação agrava-se mais quando o presidente da província passa o governo para o vice, Gaudie Ley. Deste quadro do ano de 1833, parece-nos que o governo provincial já não mais conseguia controlar os ânimos e, por outro lado foi como um período preparatório para o desencadeamento da Rebelião Cuiabana.

O acirramento de posições girará em torno de duas agremiações, a Sociedade dos Zelosos da Independência (8) e a Sociedade Filan-

os empregados públicos adotivos, o que lhe foi concedido pelo Presidente do Conselho”. Apontamentos Chronológicos da Província de Matto-Grosso pelo Barão de Melgaço, *Revista Matto-Grosso*, Cuiabá, setembro de 1906.

(8). — Fundada a 12 de agosto de 1833, a 24 são aprovadas as bases da Sociedade que, segundo Estevão de Mendonça seus intuits políticos abrangiam também idéias republicanos. (Urge uma análise crítica desta colocação). Teve seu estatuto publicado pelo *Jornal Matutino Meia-pontense*, de Meia Ponte, Província de Goiás. Segundo ainda E. de Mendonça, a iniciativa dessa organização partiu de Paschoal Domingues de Miranda e apoiado por Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, Braz Pereira Mendes, José Alves Ribeiro, Joaquim de Almeida Falcão e Miguel Dias de Oliveira. Na impossibilidade de ter no momento a edição do *Jornal Matutino Meia-pontense*, transcrevemos o estatuto publicado no livro de Rubens de Mendonça, *O Tigre de Cuiabá*, 1966.

Art. 1º. — O fim dessa sociedade é procurar ligar pelos mais estreitos laços os verdadeiros Brasileiros, habitantes da Província de Mato Grosso, por meio da instrução dos seus deveres; o de Mútua coadjuvação para segurar a Independência do Brasil, e fazer resistência legal à tirania onde quer que esta se achar.

Art. 2º. — O número dos sócios será indeterminado; e são primeiro aqueles com quem se instalar; segundo todos os que, proposto por qualquer membro forem aprovados em escrutínio por maioria absoluta. O título será uma lacônica participação, assinada pelo presidente da Sessão, e Secretário; e a efetividade entrará no dia da Sessão em que se receber a participação.

Art. 3º. — Os deveres de cada sócio são: 1º). — concorrer com a quota dos seus talentos, indústria, força e bens, que o seu patriotismo lhe sugerir, para debaixo da direção da Sociedade se empregar a fim desta, 2º). — servir nas Comissões que a Sociedade lhes der.

trópica, participando da primeira nativistas exaltados e da segunda, portugueses. Dentro do contexto político da época, as Sociedades surgiram como catalisadoras e coordenadoras de conflitos de interesses entre nacionais e portugueses. Por outro lado, os atritos anteriores a 1833 mostram-nos que espíritos exaltados, de ambos os lados, tendo à frente homens de prestígio e comerciantes da região, não eram mais do que um reflexo da situação criada em todo Brasil com a queda do imperador. No caso de Mato Grosso, acrescentamos ainda a sua formação histórica e seu isolamento, que criaram características próprias na região, a vinda de elementos de outras províncias com idéias nativistas, como o Frei José e Patrício Manso.

Era presidente dos Zelosos, Antônio Luiz Patrício Manso (9), elemento dos mais exaltados, secretário da administração de Cuiabá, sendo mais tarde demitido por criar dificuldades para Gaudie Ley que, em face da constante pressão que sofria, fez com que Correia da Costa reassumisse o governo; para se ter uma idéia da atuação de Patrício Manso basta lembrar que penetrava nos quartéis e incitava as tropas de primeira linha a rebelar-se.

As agitações nativistas de agravo aos portugueses começam a se manifestar em outras partes da província, como é o caso de Diamantino e Miranda. Entretanto, Correia da Costa, impossibilitado de conter os ânimos e gravemente enfermo, passa o governo para o mais votado

Art. 4º. — A direção é uma Comissão conferida a um Presidente, um Secretário, um Suplente, um Tesoureiro, um coletor; o suplente servirá nas faltas tanto do Presidente como do Secretário. O Presidente dirigirá os trabalhos, e manterá a ordem nas sessões; dará andamento as deliberações da em consequência da Sociedade; convocará as sessões ordinárias a cada três meses e extraordinárias se julgar necessário. O secretário fará as Atas e a correspondência da Sociedade. O Tesoureiro receberá do Coletor todo o dinheiro da Sociedade: o distribuirá por ordem do Presidente, e dará contas trimestrais na sessão ordinária por um livro de contas, rubricado pelo Presidente. O coletor arrecadará mensalmente as jóias voluntárias dos Sócios e entregará ao Tesoureiro que assinará em um caderno rubricado pelo Presidente que será conferido pela direção em Sessão Geral.

Art. 5º. — A Sociedade se reunirá em sessão geral cada três meses: o primeiro trabalho nestas reuniões irá eleger os Membros da Diretoria, por escrutínio, e serão Diretores os que reunirem a maioria absoluta dos Sócios presentes entrantes em 2º escrutínio os dois mais votados os quais poder-se-ão excusar, se tiverem seguido duas vezes seguidas. Tomarão posse os presentes; e a sessão continuará com membros antigos até que se apresentem todos os novos. Nas sessões gerais determinará o número das sessões que convier dos Estatutos: tomar-se-á contas ao Tesoureiro, e Coletor. Haverá cada mes uma sessão da Diretoria; e as mais que o Presidente entender.

(9). — Constitui um dos elementos mais atuantes com relação ao movimento de 1834. Apesar de alguns estudos sobre sua atuação, mereceria uma melhor análise do seu papel no desenrolar destes acontecimentos.

do Conselho, Poupino Caldas (10). Com isto, praticamente a corrente nativista passa a dirigir os destinos da agitada província.

A propagação da notícia de que os detentores do poder econômico da região, os “bicudos”, preparavam uma ação para eliminar os expoentes do nativismo local permitiam aos Zelosos planejar uma ação contra os adotivos (11). Assim, na noite de 30 de maio de 1834, a Guarda Nacional toma o quartel dos Municipais Intendentes, armam-se as tropas, cercam-se as casas dos adotivos e sob o toque de clarim que era o sinal combinado, iniciam-se assaltos às residências de adotivos, ataques e saques às lojas comerciais.

Poupino, à frente do governo, não consegue conter a rebelião, e, mesmo a participação do bispo local não conseguiu acalmar os ânimos exaltados. O movimento alastrou-se em outras partes da província, principalmente em Diamantino e Miranda. Uma onda de caça aos “bicudos” (12), de crimes e saques inunda então a província.

Somente a chegada do novo presidente, Antônio Pedro de Alencastro (13), é que a ordem começa a ser estabelecida, com a detenção dos implicados no movimento. De imediato, Alencastro conta com o apóio de Poupino Caldas que, de nativista exaltado, passa a combatê-los. Assim, uma das primeiras medidas do presidente é prender Paschoal Miranda que, com mais quatro companheiros, segue por via fluvial para São Paulo, sendo, mais tarde solto no Rio de Janeiro. Outros foram sentenciados nos fortes de Coimbra e Príncipe da Beira. No entanto, sabe-se que um deles ainda conseguiu retornar à Cuiabá perdoado por prestar serviços durante a guerra com o Paraguai.

Os prejuízos causados pela rebelião, além de assassinatos, somaram centenas de contos de réis, deixando os cofres públicos completamente vazios. Apesar da repressão ao movimento, as desavenças con-

(10). — 28 de maio de 1834.

(11). — A reunião foi realizada na casa de Joaquim de Almeida Falcão, presidente da Câmara de Cuiabá e dos “Zelosos”, substituto de Patrício Manso que seguira para a Corte como deputado. “No Parlamento Imperial Patrício Manso, no momento em que se empossava por Mato Grosso, ouvia os gritos “assassino, assassino”, da viuva Ignez F. da Silva que apresentava, da galeria, aos deputados, a camisa de seu marido morto na Rusga”. REIS, Arthur Cesar Ferreira, Mato Grosso e Goiás, *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, tomo II, 2º vol., p. 183-4. Patrício Manso morreu na Fazenda Castelos, assassinado a 17 de agosto de 1848.

(12). — Segundo o Barão de Melgaço, os “amotinados cometeram atrocidades inauditas — cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram esposas e outros atos de selvageria”. Já Taunay colocou de 100 a 200 mortos.

(13). — Assumiu a 22 de setembro de 1834.

tinuam a tumultuar a vida política da região e, por causa de atritos com o poder judiciário e com a assembléia, Alencastro é exonerado do cargo. Assim, a 16 de agosto de 1836, é empossado José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente, que também sofre a pressão de Poupino Caldas que, no entanto, não consegue sublevar as tropas (14). No final do ano seguinte, os sentenciados à morte que tinham sido transferidos para a cidade de Mato Grosso, obtem algumas armas, matam o carcereiro, destroem o arquivo militar e rumam para Casalvasco e depois para a Bolívia (15).

*

III. — CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Um primeiro problema que se encontra ao estudar o movimento de 1834 refere-se ao material a ser pesquisado. Em Mato Grosso persiste ainda um descaso com relação às suas fontes históricas, tanto no campo de sua valorização como no da sua preservação. E, no caso da “Rusga”, o trabalho torna-se mais difícil para o pesquisador. Acontece que muitos documentos de interesse para o estudo destes acontecimentos foram queimados, como por exemplo, foi feito pelo português Joaquim Ferreira Moutinho (16). Acreditamos que tal atitude não constitui um fato isolado mas que teve também seguidores entre os naturais da terra.

Por outro lado, o que resta de documentação no Estado não pode ser manuseado, em vista da atual situação do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso não permitir a consulta de nenhum documento

(14). — “Deputado à Assembléia Provincial, viu-se ali sem apoio, atacado por seus desafetos. Pimenta Bueno intimou-o a abandonar a província. Na noite de 9 de maio de 1837, quando voltava de uma despedida, foi morto pelas costas com um tiro. Pela manhã apareceu afixado em paredes o seguinte: No dia nove de maio / Depois da Ave Maria / Matei Coronel Poupino / Fiz tudo quanto queria”. REIS, A. C. F., *ob. cit.*, p. 184.

(15). — Segundo Barão de Melgaço.

(16). — “A pagina em que se escrever a história d’esse exterminio de portuguezes será uma nodoa de sangue nos annaes da provincia, e jamais o tempo poderá apagal-a. Não tentaremos descrevel-a: apezar de sermos portuguez, queimamos muitos documentos que diziam respeito aos negócios de 1834”. MOUTINHO, Joaquim Ferreira — *Noticia sobre a Provincia de Matto Grosso, seguida sua capital à S. Paulo*, São Paulo, Typographia de Henrique Schroeder, 1869, p. 10.

(17). Felizmente, muitos documentos foram enviados para outros arquivos, principalmente os do Rio de Janeiro.

Quanto às fontes bibliográficas que tratam do assunto, apresentam-se de maneira contraditória, quase todas escritas com sentimentalismo, umas visando a defender personagens envolvidas no conflito, outras ataca-las. Existem mesmo trabalhos que procuram desvalorizar o que foi o conflito de 1834 e suas repercussões, como uma forma de “apagar a vergonha da gente cuiabana”. Portanto, surge a necessidade de uma análise crítica de todo esse material bibliográfico e uma melhor definição de posições assumidas por determinados autores, como na obra de José Mesquita que frisa neste movimento um caráter de “luta de classes”, ou de Estevão de Mendonça que coloca no movimento “intuitos políticos que abrangiam também ideais republicanos”.

Cabe também discutir a validade do próprio nome do conflito, “Rusga”, utilizado desde a época contemporânea do movimento, talvez de forma premeditada levando a pensar, como sempre foi aceito, que o mesmo não passava de uma desordem qualquer. Ora, um estudo científico de toda a problemática de 1834, suas causas e consequências, mostra-nos que tal termo está sendo utilizado incorretamente. Em vista disso, é que colocamos como Rebelião Cuiabana, que poderá exprimir melhor os acontecimentos ocorridos entre os anos 1831 a 1837, em Cuiabá e outras regiões da Província de Mato Grosso.

O aspecto econômico também deve ser considerado como ponto importante para a compreensão deste período histórico. A Província de Mato Grosso passava por um período de extrema penúria. Além da fome, um mal crônico na região, o ano de 1834 vai ser marcado por uma alta no preço dos gêneros alimentícios. E o rancor contra os portugueses aumentava em vista de terem em suas mãos o monopólio comercial. Isto pode ser confirmado pelo fato de os revoltosos, como uma de suas primeiras medidas, saquearem casas comerciais e particulares dos adotivos (18). Necessário seria um aprofundamento dos

(17). — As antigas instalações do Arquivo Público, pelas suas precárias condições, permitiram a perda de uma documentação valiosa sobre a história de Mato Grosso. Atualmente, encontra-se o arquivo em instalações, em que, pelo menos, poderá ser conservado. No entanto, é impossível consultá-lo por estar toda a documentação concentrada (amontoadá) em algumas salas e pela inexistência de uma catalogação.

(18). — “... visto constar do presente Processo plenamente serem os ditos Réos os que haviam mortos os Brasileiros Adoptivos..., de caso premeditado, e animo corrompido, e depois passarão a roubar as casas, fazendo arruamentos, e que repartirão entre si e os mais seus companheiros todo o dinheiro, ouro, prata, e tudo mais quanto puderão conduzir fazendo violências as casas e as famílias...”, trecho da sentença proferida pelo Juiz de Distrito

estudos com relação à produção agrícola e ao comércio intermediário de gêneros e qual seria o agente determinador de preços. Não se deve esquecer que os portugueses detinham o monopólio comercial. Reside aqui uma das causas das manifestações revolucionárias em Mato Grosso, na primeira metade do século XIX.

No âmbito político, acreditamos que a Rebelião Cuiabana não deve ser vista isoladamente do processo político brasileiro deste período, dentro de uma atmosfera de hostilidade que cercava os portugueses aliado à divulgação na província da notícia do possível retorno de D. Pedro. Assim, uma reação à restauração do imperador se faz sentir e contra isso, como uma defesa ao governo regencial, há um propósito de se formar uma liga entre as províncias para defender o sistema político vigente (19). Também não se deve esquecer o importante papel exercido pelas agremiações surgidas no processo político e, no caso de Mato Grosso, da Sociedade dos Zelosos da Independência e da Sociedade Filantrópica.

Da mesma forma, não foi suficientemente esclarecido o papel dos militares no desenrolar desses acontecimentos, assim como a influência de líderes civis em seu comportamento. Sabe-se também que entre os soldados destacados em Mato Grosso, figurava o batalhão dos “periquitos”, composto de elementos sediciosos deportados da Bahia.

Finalizando, queremos questionar até que ponto existia uma consciência revolucionária dos elementos que participaram da Rebelião Cuiabana, ou se esta rebelião foi fruto de insatisfação que desencadeou uma reação imediata contra o comerciante português como responsável pelo estado de carestia que caracterizava a província naquela época. E aqui, procuramos demonstrar quais questões merecem melhor relevância no sentido de se aprofundar os estudos sobre os motins revolucionários desse período em Mato Grosso.

Antônio José da Silva Guimarães em um dos sumários sobre os acontecimentos de 1834, *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1934 (Centenário da Rusga, parte B — documentação).

(19). — RAIOL, Domingos Antônio, *Motins Políticos* ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835, Universidade Federal do Pará, 1970, v. 1.